7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global.
Porto Alegre, 12 a 14 de dezembro de 2024.

Área temática: Teoria das Relações Internacionais

AMAZÔNIA HETEROTÓPICA: UMA BUSCA CONCEITUAL PARA COMPREENDER A AMAZÔNIA NO INTERNACIONAL MODERNO

Giacomo Otavio Tixiliski, Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Neide Gondim (1994) afirma que a Amazônia foi inventada. A invenção de que ela fala não é puramente topográfica, mas interpretativa. Desde o século XVI, os aventureiros, muitas vezes recompensados financeiramente pelas Coroas europeias, visitaram a região amazônica em busca do paraíso perdido que não havia sido encontrado na Ásia. A exuberância da fauna e da flora, o clima úmido e as comunidades políticas totalmente alheias aos conceitos europeus foram mistificadas por descrições hiperbólicas, paradoxais e, sobretudo, racistas. A sedimentação dessas representações ocorreu por meio dos textos dos naturalistas e das ficções oriundas deles e, principalmente, por conta dos projetos de colonização que atravessaram séculos (Gondim, 1994; Souza, 2019). A independência do Brasil não modificou a ambição de submissão da Amazônia. No século XX, o impulso modernizante guiado pelo Estado Brasileiro tinha como objetivo máximo a dominação da natureza para a introdução da cultura na floresta, o paraíso se tornou inferno. Já no início do século XXI, a Amazônia se vê como centro das paradoxais discussões do futuro e/ou do fim do mundo, será que agora o inferno é purgatório? O certo é de que a Amazônia tem uma conexão intrínseca com a expansão do internacional moderno, mesmo que as interpretações teóricas das Relações Internacionais tenham ignorado a região durante anos (Picq, 2016). Nesse sentido, a Amazônia é o exemplo de que as universalidades conceituais não dão conta das especificidades das conexões globais (Tsing, 2004). Se, os conceitos universalizantes são limitados em suas explicações, qual dispositivo teórico devemos utilizar? Obviamente que essa pergunta é subjetiva e depende da criatividade de cada pesquisadora. Aqui, optamos por testar um conceito: heterotopia. Forjado em 1967 por Michel Foucault, o conceito de heterotopia tem em vista descrever contra-espaços físicos e mentais que estão presentes na constituição das sociedades, onde há um contínuo contraste, contestação e reimaginação das normas, identidades e valores sociais (Foucault, 2013). O conceito de heterotopia não foi extensamente utilizado por Foucault, deixando uma lacuna interpretativa para as posteriores análises. Talvez, essa fluidez e incoerência conceitual sejam as melhores características para interpretar os fluxos de poder, a organização espacial e as resistências encontradas nesses lugares-outros (Palladino, Miller, 2015). De certo modo, compreender os espaços marginais do internacional moderno exige um trabalho de recomeço, seja de análise conceitual ou empírica. Nesse caminho de indagações que nos jogam em um vórtice interpretativo, a pergunta que guia nossa pesquisa é: Quais são as possibilidades e os limites do uso do conceito de heterotopia para compreender a Amazônia no internacional moderno? Para responder essa pergunta, utilizaremos como estratégia de pesquisa uma revisão bibliográfica articulada em três objetivos específicos: discutir o conceito de heterotopia de Foucault (2013) e suas

posteriores utilizações (Der Derian, 2009; Hetheringthon, 1997; Palladino, Miller, 2015); analisar as representações utópicas/universalizantes sobre a região amazônica; e encontrar as possibilidades e os limites da utilização conceitual de heterotopia por meio da caracterização das fricções entre o local e o internacional (Tsing, 2004) na Amazônia. Esses três objetivos têm um caminho teórico-empírico fluído, ou seja, utilizam-se de conceitos para a investigação da realidade e da realidade como base para a sistematização de conceitos. Com isso, o principal resultado esperado é a efetiva aplicação conceitual de heterotopia, principalmente no que diz respeito a importância da região para a produção de significados na sociedade, observando os limites analíticos, como a presença de uma multiplicidade de dinâmicas sociais e objetivos políticos na mesma região, e suas possíveis alternativas. Além disso, é esperado um aprofundamento das discussões teóricas sobre a Amazônia nas Relações Internacionais e, consequentemente, a problematização dos conceitos universais da área.

Palavras-chave: Heterotopia; Amazônia; Foucault; Teoria das Relações Internacionais.

AMAZÔNIA HETEROTÓPICA: UMA BUSCA CONCEITUAL PARA COMPREENDER A AMAZÔNIA NO INTERNACIONAL MODERNO

Introdução

Michel Foucault não é um teórico das Relações Internacionais, ao contrário, não falava diretamente sobre o internacional, entendido aqui como um sistema de inclusão e exclusão "[…] geralmente, expressas em termos territoriais, como fronteiras físicas e jurisdições legais, mas também incluem o limite menos tangível entre o que está incluído no sistema internacional e o mundo, ou mundos, que são necessariamente excluídos para permitir esse sistema de inclusões e exclusões" (Walker, 2023, p. 23, tradução nossa)[1]. No entanto, os textos de Foucault foram capturados por pensadores/as do internacional, o que ampliou os usos de seus conceitos na disciplina. Isso era o que Foucault desejava que fizessem com seus textos (Bonditti, 2017; Onuf, 2017; Bigo, 2017; Fernández, Esteves, 2017). Em um famoso diálogo com Gilles Deleuze, os dois chegam em um consenso de que a teoria deve ser pensada como uma caixa de ferramentas, na qual é preciso se servir de conceitos para praticar um contrapoder dentro da própria construção do conhecimento acadêmico que se pratica (Foucault, Deleuze, 2014; Shapiro, 2017). É o paradoxo da produção de conhecimento onde a pessoa que teoriza participa da sedimentação da dominação que ela, muitas vezes, denuncia.

Compreender essa posição provoca uma mudança prática na elaboração e utilização de teorias. Utilizar as ferramentas teóricas de Foucault nas Relações Internacionais é, segundo Bigo (2017), desconstruir os mitos erigidos na disciplina e entender que os objetos analisados, os Estados, são espaços de ação e não personificações de coletivos políticos homogêneos. Parafrasear o questionamento de Tsing (2005) é valido nesse caso, se o internacional está em todo lugar, como estudá-lo? E a resposta que ela mesmo oferece, também é útil, pode estudar o internacional a partir da "[…] 'fricção', o atrito do encontro global. O capitalismo, a ciência e a política dependem de conexões globais. Cada um deles se espalha por meio de aspirações para realizar sonhos e esquemas universais. No entanto, esse é um tipo particular de universalidade: ela só pode ser incorporada e executada na

[1] Trecho original: "These are usually expressed in territorial terms, as physical borders and legal jurisdictions, but also include the less tangible boundary between what is included within the international system and whatever world, or worlds are necessarily excluded to enable such a system of inclusions and exclusions". Outras formulações sobre o internacional pode ser visto em: Çapan, G. Z.; Grzybowski, J. (Re-)conceptualising the international: introduction to the special section. **Cambridge Review of International**, 2022; Rosenberg, J.; Wæver, O.; Morozov, V; Esptein, C.; Walker, R. B. J.; Tickner, A. B.; Kurki, M. Multiplicity and "the international" as critique - A Forum. **Millenium**, 2023.

materialidade pegajosa dos encontros práticos" (Tsing, p. 1, 2005, tradução nossa)[2]. A perspectiva de Tsing (2005) oferece para a heterotopia de Foucault (2013) a dimensionalidade dos encontros entre local e global, que produz os relevos geográficos e políticos do internacional moderno.

Utilizaremos o conceito de heterotopia para compreender como a Amazônia é construída, reconstruída e destruída no internacional moderno, ou seja, como as fricções globais tornam o espaço heterotópico por meio de projetos locais que giram em torno de conceitos universais: soberania, desenvolvimento e integração. Em resumo, se trata de um exercício teórico de caráter ensaístico que se apropria de, e de certo modo modifica, uma perspectiva específica para aprofundar a produção de conhecimento sobre a Amazônia no internacional moderno.

Para isso, a primeira seção desse artigo descreverá as heterotopias, especialmente seus princípios. O conceito de heterotopia apareceu pela primeira vez em uma palestra de Foucault para o círculo de estudos arquiteturais de Paris em 1967 intitulada "De espaços outros". O conteúdo da palestra ficou restrito aos membros do círculo até 1984, com a publicação integral do texto em uma exposição sobre a cidade de Berlim e na revista Architecture/Mouvement/Continuité. O texto teve uma recepção ambígua por parte dos arquitetos e outros pensadores, ao mesmo tempo que foi republicado em diversos idiomas, bem como influenciou alguns coletivos italianos sobre arquitetura crítica e nas pesquisas sobre cidades nos Estados Unidos (Defert, 2013).

Na segunda seção, a partir da síntese realizada na seção anterior, aplicasse o conceito de heterotopia para compreender a Amazônia no internacional moderno. Para realizar tal exercício, é construído um breve apanhado sobre os projetos de desenvolvimento do século XX para a Amazônia, especialmente durante a década de 1970. É importante esse exercício para traduzir as ideias expressas nas palavras contraditórias de Foucault, sem eles a teorização aqui feita não teria sentido. Obviamente que existem momentos incontáveis para analisar a Amazônia no internacional moderno, como nos lembra Picq (2016), no entanto, não seria prudente abarcar o máximo deles aqui.

Por fim, a última seção traz os principais resultados sobre a utilização do conceito de heterotopia para compreender a Amazônia no internacional moderno, bem como mostra os possíveis caminhos de pesquisa a partir do exercício realizado. Espera-se que o trabalho auxilie no adensamento das pesquisas sobre a Amazônia nas Relações Internacionais, principalmente por uma perspectiva crítica da construção do espaço como prática de poder. Pois, entre a realidade, a utopia e a distopia, existem inúmeras construções heterotópicas.

---

[2] Trecho original: "friction", the grip of worldly encounter. Capitalism, science, and politics all depend on global connections. Each spreads through aspirations to fulfill universal dreams and schemes. Yet this is a particular kind of universality: It can only be charged and enacted in the sticky materiality of practical encounters.

Os princípios das heterotopias nas Relações Internacionais

A grande preocupação do século XX, segundo Foucault (2013), era o espaço, diferente do século XIX, no qual a obsessão era a história. Para ele, o século XX era a "[…] época da simultaneidade, […] da justaposição, […] do próximo e do distante, do lado a lado, do disperso […] um momento em que o mundo é experimentado, creio, menos como uma grande vida que se desenvolveria através do tempo, do que como uma rede que liga pontos e entrecruza seu emaranhado" (Foucault, 2013, p. 113). Para chegar nessa conclusão, Foucault utiliza seu método genealógico para encontrar as descontinuidades sobre a concepção do espaço ao longo da história, ou seja, ele refaz a história do espaço, mais um entrecruzamento de seu tempo.

A percepção do espaço medieval é modificada inteiramente pelas descobertas de Galileu sobre o sistema solar, onde a localização dos ambientes é substituída pela extensão do todo. A condição dos feudos, microcosmos autônomos, foi modificada pela amplitude do universo, um macrocosmo contínuo e interdependente. Já no século XX, essa organização do espaço é novamente modificada por conta das relações de vizinhança entre elementos ou pontos. A construção de uma relação harmônica, ou a tentativa de se criar uma, entre esses elementos e pontos gera um problema de alocação (Foucault, 2013).

Essa digressão que Foucault faz na construção do conhecimento sobre o espaço mostra que a organização espacial passa de unidades hierarquizadas (Feudos como organização central e a relação senhor/servo como hierarquização dos elementos constitutivos dessas unidades) para a posição dos elementos em um espaço infinito e relacional (a interdependência política e econômica na constituição dos Estados modernos e a flexibilização da servidão até a eclosão da cidadania), até a sobreposição dos elementos que forçam a repensar a localização desses pontos no mapa (exemplo disso é a disputa hegemônica entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria, entendida nesse caso como disputa de dois modos de vida, de duas culturas e de duas organizações do espaço). Nesse caso, o mapa tradicional se torna limitado para compreender as disputas incessantes sobre o espaço cartografado. Isso porque,

> O espaço em que vivemos, pelo qual somos lançados para fora de nós mesmos, no qual se desenrola precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos erode é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, nós não vivemos em uma espécie de vazio, no interior do qual seria possível situar indivíduos e coisas. Nós não vivemos no interior de um vazio que se revestiria de diferentes espelhamentos; nós vivemos no interior de um conjunto de relações que definem alocações irredutíveis umas às outras, e absolutamente não passíveis de sobreposição (Foucault, 2013, p. 115).

Dessa forma, a alocação dos elementos no espaço é um processo político complexo que exige práticas de poder capazes de sustentar uma determinada organização. Foucault pensa nas cidades ao falar sobre essas alocações, mas a ferramenta analítica que ele oferece vai além do objeto sobre o qual ele teoriza. A própria citação acima pode ser utilizada nas análises do internacional moderno, entendido aqui como "[…] uma ordenação sistemática e, às vezes, altamente determinística de inclusões e exclusões com sua própria externalidade ou limites, tanto espacial quanto temporalmente, geográfica e historicamente" (Walker, 2023, p. 22). A ligação entre o espaço foucaultiano e o internacional moderno de Walker possibilita compreender as alocações espaciais como fronteiras físicas e subjetivas do sistema de inclusão e exclusão que sustenta a realidade, sempre considerando as problemáticas da historicidade (Chamon, Lage, 2015) e a proposta de ampliar o entendimento do internacional por meio de uma proposta decolonial de contextualização, reconceitualização e reimaginação do internacional (Tickner, 2023).

Nesse sentido, os processos políticos-históricos do internacional moderno são constatações de movimentos heterotópicos. Para Foucault (2013), as heterotopias são as utopias efetivadas, os lugares que interagem com a realidade, principalmente na condensação das contradições da sociedade. O espelho como um espaço utópico/heterotópico ilustra a junção desses dois extremos, enquanto utopia o espelho é um lugar irreal, um lugar que não é lugar. Ao mesmo tempo que ele é uma heterotopia, o lugar que existe, que condensa a realidade que reflete e possibilita a visibilidade para os elementos refletidos. Foucault (2013; 2021) descreve as heterotopias a partir do que ele chama como heterotopologia, um guia de leitura das principais características desses espaços outros.

O *primeiro princípio* das heterotopias é de que em todas as sociedades existem heterotopias das mais variadas formas, geralmente organizadas por heterotopias de crise e de desvio. As heterotopias de crise são relacionadas aos impulsos biológicos, como, por exemplo, o serviço militar para as primeiras manifestações da virilidade. Já as heterotopias de desvio são os espaços onde os desviantes encontram um lugar, como as prisões. O *segundo princípio* gira em torno da capacidade das sociedades em diluir ou acabar com as heterotopias existentes, ou, ao contrário, de construir novas. Nesse caso, o cemitério é a ilustração desse princípio com as readequações espaciais, organizacionais ao longo do tempo.

O *terceiro princípio*, talvez um dos mais importantes para compreender as heterotopias, é o poder das heterotopias em justapor em um mesmo local vários espaços que parecem incompatíveis. Foucault (2013; 2021) utiliza o exemplo dos jardins persas, onde há uma transposição de exemplares da flora do planeta em um pequeno espaço, organizado pela ideia do belo e do doméstico. O *quarto princípio* conecta o espaço com o

tempo. Segundo Foucault (2013; 2021), as heterotopias se juntam com as heterocronias, ou seja, um espaço ligado por recortes singulares do tempo. O *quinto princípio* fala sobre o sistema de abertura e de fechamento que isola as heterotopias do espaço circundante. Em resumo, a heterotopia tende a iludir os sujeitos em um movimento falso, em que "todo mundo pode entrar, mas, na verdade, uma vez que se entrou, percebe-se tratar-se de uma ilusão e que se entrou em parte alguma" (Foucault, 2021, p. 27).

A ilusão é parte da função das heterotopias, "[…] que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real, todas as alocações no interior das quais a vida humana é compartimentada" (Foucault, 2013, p. 120). A outra função principal das heterotopias é a de compensação, ou seja, "criar um outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem arranjado quanto o nosso é desordenado, mal disposto e bagunçado (Foucault, 2013, p. 120). Na utilização de Hetherigton (1997), as heterotopias são processos organizativos do espaço social. Pensar nas heterotopias é analisar a construção dos espaços como práticas de poder (Palladino, Miller, 2015). Como afirma Der Derian (2009):

> As heterotopias são perturbadoras, provavelmente porque minam secretamente a linguagem, porque impossibilitam nomear isso e aquilo, porque destroem ou emaranham nomes comuns, porque destroem a sintaxe antecipadamente; não apenas a sintaxe com a qual construímos sentenças, mas também aquela sintaxe menos aparente que faz com que as palavras e as coisas (próximas e também opostas umas às outras) se mantenham juntas" (Der Derian, 2009, p. 71, tradução nossa)[3].

Se os princípios das heterotopias forem aplicados nas Relações Internacionais, eles adensarão as análises críticas pós-modernas do campo, como iniciada por Martin (1999). O processo de desconstrução dos conceitos fundantes das disciplinas por meio de trabalhos inspirados diretamente por Foucault também já foi iniciado no século passado (Ashley, 1988; Der Derian, Shapiro, 1989; Ashley, Walker, 1990; Smith, 1995). Ainda resta especificar quais as práticas de poder interligaram determinados espaços ao internacional moderno, como a Amazônia, no caminho das críticas de Fernandéz e Esteves (2017) e nas formulações de Tsing (2005). Esses espaços, considerados marginais, são, na verdade, a fundação do edifício ontoepistemológico das Relações Internacionais. Sem realizar uma análise arqueológica do processo de construção do conhecimento e da organização do espaço, você consegue até ver os problemas estruturais, mas não os entender para consertá-los.

Amazônia como espaço heterotópico do internacional moderno: soberania, desenvolvimento e integração nacional.

[3] Trecho original: Heterotopias are disturbing, probably because they secretly undermine language, because they make it impossible to name this and that, because they shatter or tangle common names, because they destroy syntax in advance; not only the syntax with which we construct sentences but also that less apparent syntax which causes word and things (next to and also opposite one another) to "hold together".

No início era a utopia. Antes mesmo dos europeus chegar nas Américas, buscavam o paraíso perdido, a primeira tentativa foi na Índia. Quando Amerigo Vespucci chegou onde hoje é a Guiana, ele descreveu o ambiente como benéfico para os humanos devido ao clima ameno e a imensidão da flora e fauna local. Em um trecho da sua carta mais famosa, *Mundus Novus* (1503), traduzida imediatamente para o latim e posteriormente para outros idiomas (Gondim, 1994), ele diz que "[…] se o paraíso terrestre estiver em alguma parte da terra, creio não estar longe daquelas regiões" (Vespucci, 2013, p. 10). A mesma sensação é descrita de forma ainda mais apaixonada por outro colonizador, Cristóvão Colombo, em sua carta aos reis espanhóis (1498-1500), o rio Orinoco se torna o caminho líquido para o paraíso terreal, onde só se pode chegar com a vontade divina (Colombo, 2005; Gondim, 1994; Holanda, 2000). A região, que hoje é conhecida como Amazônia, era a materialidade do paraíso tão esperado desde os tempos medievais.

No entanto, junto com as visões do paraíso vinham os relatos da monstruosidade de seus habitantes, que não conheciam nada sobre as tecnologias europeias, nem tinham fronteiras de reinos, nem a moral cristã. A única coisa que conheciam eram a cobiça, a ferocidade e a desumanidade, principalmente no consumo de carne humana que os faziam superar feras e animais (Vespucci, 2013). Para equilibrar as vicissitudes de um ambiente tão natural quanto o da Amazônia, Colombo (2005) propôs a escravização desses canibais, com o objetivo de convertê-los ao cristianismo e usá-los como mão de obra. A proposta encontrou resistência da Coroa espanhola no início, mas a prática se espalhou pelo Novo Mundo. Essa visão mística da região gerou uma grande circulação de livros ficcionais e, até mesmo, as próprias cartas e diários de viagem dos colonizadores pela Europa. Isso influenciou na produção de conhecimento que, entre os séculos XVII e XIX, aliava a ficção às técnicas naturalistas de classificação (Gondim, 1994). Os resultados dessas pesquisas auxiliaram na construção imagética da Amazônia, principalmente no século XX.

É possível observar que até o século XX, os discursos sobre a Amazônia estavam centrados na construção utópica do espaço. Utopia entendida por Foucault (2013) como: "[…] alocações sem lugar real. São as alocações que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou invertida. É a própria sociedade aperfeiçoada, ou é o inverso da sociedade; mas, de toda forma, essas utopias são espaços fundamentalmente, essencialmente, irreais" (Foucault, 2013, p. 115). Isso não quer dizer que as utopias são descartáveis ou inúteis, ao contrário, os processos políticos que surgem delas são essenciais para a produção de mudanças da prática política, inclusive na produção do conhecimento. A utopia é a visão do que tem além do material, o impulso necessário para ampliar as fronteiras do real (Brincat, 2009).

A Amazônia, se olharmos como a descrevem ao decorrer da história, parece plástica, múltipla e contraditória. Isso se deve às articulações da história com a produção

heterotópica da realidade, como podemos observar no primeiro princípio da heteropologia: a constituição de espaços outros para contestação, neutralização e condensação da sociedade. No caso da Amazônia, há a transfixação dos discursos com as práticas políticas dos agentes estatais e das populações locais no internacional moderno. Dessa forma, os objetivos universais de desenvolvimento, soberania e integração nacional são pensados a partir da Amazônia, no entanto, com o atrito entre sujeitos, há uma reformulação constante da heterotopia que modifica a tessitura social, como veremos a seguir.

Um ponto de partida importante para compreender a Amazônia, é a capacidade da sociedade em transformar suas heterotopias. Por exemplo, no início do século XX, dois engenheiros e escritores que participaram da colonização e demarcação de fronteiras da região norte, a última a ser incorporada definitivamente como parte do Estado Brasileiro, desconstroem a ideia dos séculos passados da Amazônia como paraíso. Euclides da Cunha, convidado a participar de uma comitiva do Ministério das Relações Exteriores para demarcação das fronteiras com a Bolívia no ano de 1904, tinha o objetivo pessoal de mostrar o paraíso perdido e o vilipendiado dos exploradores que não respeitaram que a Amazônia "[...] é uma terra que ainda está se preparando para o homem que a invadiu fora do tempo, impertinentemente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso" (Cunha, 1997 *apud* Santana, p. 911, 2000). Alberto Rangel, engenheiro do governo do Amazonas na seção de Terras e Colonização e depois diplomata brasileiro, publica em 1907 uma coletânea de contos que narram a Amazônia como "Inferno verde" (Queiroz, 2017).

De certo modo, Euclides da Cunha e Alberto Rangel estavam certos. Os projetos relacionados a Amazônia nas primeiras três décadas do século XX foram fracassos retumbantes. A construção da ferrovia Madeira-Mamoré, idealizada desde a metade do século XIX, foi efetivamente construída com o acordo de fronteiras entre o Brasil e a Bolívia. O Brasil construiria a ferrovia para compensar os prejuízos de uma empresa estadunidense e do governo boliviano que exploravam o látex na região. Para construir a ferrovia, o governo concedeu a obra para um empresário brasileiro que a revendeu para uma empresa estadunidense, que, por sua vez, pegou empréstimos internacionais. A obra encontrou diversas dificuldades na construção como adoecimento constante dos operários e fracasso nas operações (Hardman, 1988). No fim, a ferrovia que seria um marco da engenharia mundial ficou conhecida como a "ferrovia do diabo". O mesmo aconteceu com a cidade heterotópica de Henry Ford, a Fordlândia.

Já nas décadas de 1930 e 1940, Getúlio Vargas reconstrói a heterotopia amazônica como a odisseia brasileira. Para ele, era preciso a entrada da Amazônia na história da civilização, "transformando a sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada" (Vargas, 1943, p. 2). Com esse famoso discurso, Vargas aumentava os anseios para uma "marcha ao oeste" que tornaria o Brasil uma grande nação. É o imperialismo

brasileiro sobre ele mesmo, assim como os Estados Unidos. Para isso foi criado o Banco de Crédito da Borracha em 1942 e com isso o fortalecimento da mobilização de trabalhadores do nordeste para a Amazônia para a exploração dos seringais, conhecidos como “soldados da borracha”. No final da Segunda Guerra Mundial, já no governo Dutra, as delegações brasileiras defenderam a constituição do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA) na UNESCO. O IIHA iria, segundo Paulo Carneiro, o idealizador da proposta, solucionar alguns problemas desse espaço pouco conhecido para o melhoramento do ambiente e da humanidade, principalmente os problemas relacionados a pobreza nutricional dos nativos (Carneiro, 1946).

O IIHA foi aceito pela UNESCO, mas durou apenas dois anos por conta da recusa do Congresso brasileiro em ratificar o acordo. Os congressistas, revestidos pelo nacionalismo, viam ofensas a soberania nacional. A partir disso, a Amazônia foi modificada novamente, agora como um espaço central para a segurança nacional. Com a volta de Vargas ao poder, se instaura em 1952 o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), também estruturado por Paulo Carneiro. Os refluxos nacionalistas não impediram que pesquisas sobre a Amazônia fossem realizadas por pesquisadores de toda a parte do globo, como os projetos em parceria com institutos de pesquisas da Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos (Gama, Velho, 2005).

Aqui, pode-se notar o quinto princípio da heterotopologia, ou seja, em menos de dez anos, os projetos de desenvolvimento da Amazônia passaram de uma heterotopia aberta com a proposta do IIHA para uma heterotopia fechada com o INPA. No entanto, o terceiro princípio sempre se impõe. Em outras palavras, esse sistema de abertura e fechamento é perpassado pela justaposição dos elementos, nesse caso, as fricções entre agentes nacionais e internacionais na alocação dos elementos no espaço.

A sedimentação dessa heterotopia foi efetivada durante a ditadura militar (1964-1985). Para os ditadores, era preciso integrar a Amazônia para não a entregar aos interesses internacionais. Interessante notar a contradição do discurso, já que o primeiro passo da “Operação Amazônia” foi a ampliação da Zona Franca de Manaus, espaço onde as empresas instaladas poderiam importar matérias-primas e produtos finalizados para comercialização nacional e internacional (Santos, Ribeiro, 2023). Já na década de 1970, os projetos se expandem para construir ligações geográficas, essenciais para a migração da mão de obra ociosa do nordeste e do capital do sudeste e sul.

Em um discurso no Itamaraty em 1970, Emílio Garrastazu Médici, resumiu o objetivo máximo de seu governo autoritário: “A meta essencial de meu governo pode resumir-se numa palavra: desenvolvimento. Todos os esforços estão sendo conjugados para alcançar esse fim, porque para os povos da América Latina a independência econômica representa no século XX o que a independência política representou no século XIX” (Médici, 1970, p.

29). Escobar (2007) mostra como a construção discursiva dos Estados Unidos do conceito de desenvolvimento sustentou a posição política do ocidente no espaço construído como Terceiro Mundo. As ideias e as políticas materiais do ocidente tinham a intenção de transformar completamente as culturas milenares dos “povos subdesenvolvidos” em uma réplica da racionalidade moderna ocidental (Escobar, 2007).

No Brasil, a efetividade desse discurso desenvolvimentista só aconteceu, parcialmente, com a instauração da ditadura militar em 1964 e os projetos de colonização interna. Já nos primeiros anos de governo autoritário, a Amazônia se tornou uma prioridade por conta de seu “vazio demográfico” que poderia representar um risco para a segurança nacional. As primeiras obras foram a Transamazônica, que se inicia em Cabedelo, Paraíba e termina em Lábrea, Amazonas, e o trecho da BR-163 que liga Cuiabá, Mato Grosso e Santarém, Pará. A intenção era a construção rápida dos trajetos que serviriam como a espinha dorsal da colonização interna, pensados a partir de cidades ordenadas para a socialização dos trabalhadores rurais migrantes, chamadas de agrovilas/agropolis/rurópolis.

Os trabalhadores do nordeste eram os desviantes da política nacional, sem terras, não poderiam ser considerados modernos. Basta ver o lema da política de colonização: Amazônia, terra sem homens para homens sem-terra (Santos, Ribeiro, 2023). O criador dessas agrovilas afirmava que o projeto era ainda mais profundo, pois “[…] é a formação de uma comunidade, de uma sociedade, portanto os objetivos a serem atingidos são muito mais importantes que a simples distribuição de terras a “homens sem-terra” (Camargo, 1973, p. 7). A colonização por meio dessas agrovilas, assim como as colônias jesuítas na América Espanhola, era “[…] ingênua demais para querer realizar uma ilusão” (Foucault, p. 27, 2021). As agrovilas são semelhantes à ideia de heterotopia de desvio, já que possibilitam um espaço adequado para a especificidade dos nordestinos. Mas, ao mesmo tempo, parece ser uma heterotopia de crise, já que foi utilizada como uma alternativa a crise de mão-de-obra da região amazônica na conjuntura de crescimento econômico acelerado.

Os projetos de desenvolvimento da Amazônia tinham como financiador principal o Estado Brasileiro por meio de títulos de investimentos do Banco da Amazônia S.A e de grandes deduções fiscais, como, por exemplo, 50% de dedução no imposto de renda de empresas com projetos agrícolas na região amazônica (Brasil, 1970). Essas deduções não eram as únicas fontes de financiamento, os empréstimos externos para as rodovias foram de US$ 266 milhões de 1969 a 1974 do Banco Mundial e US$ 366 milhões de 1966 a 1975 do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O governo Médici também emprestou US$ 295 milhões para a agricultura dos dois bancos (Abreu, Fritsch, 1985). Novamente, as justaposições contraditórias das heterotopias.

As rodovias em construção privilegiaram as empreiteiras nacionais, mas é possível encontrar dados de compras de terra em torno das rodovias e a dependência das

empreiteiras em relação às empresas externas, como, por exemplo, a Caterpillar. As máquinas amarelas eram importadas exclusivamente para essas obras e chegavam em barcaças usadas na invasão da Normandia pelos aliados na Segunda Guerra, um negócio de US$ 47 milhões (Davis, 1978; Campos, 2021). As máquinas apareciam em quase todas as fotografias em revistas e jornais que glorificavam a queda do inferno verde. Era comum propagandas do Ministério do Interior com imagens da amplitude da Transamazônica com dizeres: “a pista para você encontrar a mina de ouro” ou “chega de lendas, vamos faturar!”. As empresas também faziam uso dessas propagandas para mostrar a força de sua organização. Uma dessas mensagens publicitárias é do Banco de Londres que mostra uma Caterpillar abrindo espaço, dizendo “essa estrada vai passar por uma agência do Banco de Londres” (Quatro Cinco Um, 2024). Impossível não lembrar das conexões globais descritas por Tsing (2005), ou seja, como o desenvolvimento é efetivado pelos atritos entre objetos/sujeitos, que, paradoxalmente, formulam novos arranjos políticos e sociais inesperados e heterogêneos.

A heterotopia amazônica para os agentes políticos dominantes se iniciava na produção e terminava na acumulação. Os fatores humanos e extra-humanos eram considerados empecilhos que, como a floresta, deveriam ser dominados. A organização do espaço amazônico para esses agentes parecia compreender o mapa como vazio, sem humanidade. Não é à toa que a tese do vazio demográfico era utilizada a todo momento para justificar a imigração de trabalhadores nordestinos para a região norte (Médici, 1970). Os povos indígenas da região amazônica, principalmente aqueles que habitavam as margens das rodovias Transamazônica e BR-163 foram vítimas de um genocídio com apoio dos órgãos de proteção. Em 1974, o Ministro do Interior, Mauricio Rangel Reis, afirmou que seu objetivo era integrar os povos indígenas o mais rápido possível e que a ideia de os deixar em seus “habitats” são irreais. A política indigenista nesse período pode ser resumida na afirmação de Davis:

> Em 1970, porém, novas diretrizes de natureza integracionista e desenvolvimentista começaram a dominar a política indigenista brasileira e várias tribos, tais como os Parakanân e os Kréen-Akaróre, foram expulsas e destruídas. Entre 1970 e 1974, a política indigenista brasileira tornou-se cada vez mais comprometida com a política global de desenvolvimento econômico do regime militar brasileiro. Durante esse período, a Fundação Nacional do Índio passou a ser a principal cúmplice nos processos de etnocídio desencadeados contra as tribos da Bacia Amazônica. Para definir a situação nos termos mais simples, pode-se dizer que sua política indigenista “reformada” acelerou, em vez de deter, os processos de destruição étnica que caracterizam tão amargamente a história das frentes de expansão no Brasil (Davis, 1978, p. 104).

Como os indígenas eram considerados parte da natureza, destruí-los também não geraria grandes adversidades. Houve uma pressão internacional passageira em relação às denúncias do genocídio indígena, o que modificou os estatutos indigenistas do país, mas

não as práticas dos agentes políticos, principalmente de alguns funcionários da FUNAI que continuaram no órgão mesmo sendo envolvidos nos crimes do extinto Serviço de Proteção ao Índio (Davis, 1978). Na política externa, os governos brasileiros tinham a mesma posição desenvolvimentista e nacionalista, em que a proteção ambiental deveria se submeter aos projetos de integração regional. O governo brasileiro apontava que os países desenvolvidos foram os causadores da destruição ambiental e os países em desenvolvimento não tinham responsabilidade nisto. Essa posição ainda é seguida na diplomacia brasileira (Bezerra, 2013).

Na década de 1980, com o enfraquecimento da ditadura militar, abriram-se novas possibilidades de ação dos movimentos sociais organizados. O movimento indígena se organiza com maior institucionalidade com apoio da Igreja Católica e com ONGs internacionais. No caso do povo yanomami, a *Survival International* e a recente criada Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), denunciaram o Brasil ao Conselho Interamericano de Direitos Humanos em 1980. O caso se estendeu até a Nova República, sob a liderança de José Sarney (Bernardi, Roriz, 2023). A denúncia foi oriunda de uma corrida de ouro nas terras yanomamis que o próprio governo federal havia divulgado. As imagens de satélite feitas pelo projeto RADAM em parceria com os Estados Unidos, descobriram potencialidade minerais na região, o que trouxe mais de 40 mil pessoas para os garimpos ilegais, causando graves problemas sanitários e sociais para os yanomamis (ISA, 2024; Davis, 1978). Para organizar as disputas pelo ouro, o governo Sarney em 1985 criou o projeto Calha Norte para aumentar a presença brasileira na região de fronteira com o Exército e possibilitar o desenvolvimento sustentável aliado a cooperação regional. A justaposição dos militares em serviço e os povos indígenas geraram diversos problemas sociais, principalmente para as mulheres indígenas (Vecchione, 2014).

Alguns agentes políticos, como o próprio Sarney, insistem na heterotopia do paraíso, na qual os povos indígenas devem se submeter aos desejos da humanidade. Por isso ele cria o Calha Norte e rejeita a demarcação de terra devido aos ensinamentos de seu guia, Barão do Rio Branco. Para ele, a Terra Indígena Yanomami foi demarcada apenas por pressão internacional, e que o entrave territorial não estava em questão, pois: “Era um lugar onde os antropólogos poderiam fazer um estudo. Não era questão territorial. Era questão científica da humanidade! […] O que aconteceu? Aconteceu que nos fixamos no problema territorial, destruímos aquela preciosidade e eles ficaram pariás” (Folha de Boa Vista, s.p, 2005). Davi Kopenawa conta uma outra história, em uma audiência com o então Presidente Sarney, o fazem a seguinte pergunta: “O povo de vocês gostaria de receber informações sobre como cultivar a terra?”. E Kopenawa responde: “Não. O que eu desejo obter é a demarcação de nosso território” (Albert, Kopenawa, p. 376, 2015). Fricção!

A articulação de três conceitos universais: soberania, desenvolvimento e integração universal, transformaram a Amazônia em uma heterotopia do internacional moderno no século XX. É possível visualizar nesse breve apanhado como o Estado, principal agente político, articula esses três conceitos para realocar os elementos nacionais na região amazônica. Para se criar uma heterotopia não basta somente os projetos, é preciso criar uma série de instituições e práticas de poder que Foucault (2008) conceitua como governamentalidade. A heterotopia amazônica segue os dois eixos da governamentalidade: 1. Um conjunto de instituições, procedimentos, análises, cálculos e táticas de poder encontrados no saber da economia política e nos instrumentos de segurança; 2. A tendência do ocidente em utilizar esse tipo de poder "[…] que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo, o desenvolvimento de toda uma série de saberes" (Foucault, 2008, p. 143). Desde o início do século XX, diversas instituições são criadas para possibilitar a prática heterotópica da Amazônia. As principais delas são: a SUDAM, o INPA e a FUNAI. As três instituições pesquisaram sobre a Amazônia a fim de conectar a região ao projeto nacional de desenvolvimento, seja na dominação da natureza, dos povos indígenas ou nas políticas de desenvolvimento mais eficazes.

Em um breve resumo, a heterotopia amazônica é parte necessária para a efetivação da Nação no internacional, ela junta as heterocronias e os desvios sociais na linha única da modernidade, é constantemente reformulada para se adaptar aos objetivos dos agentes políticos e, consequentemente, há momentos de maior ou menor abertura do espaço heterotópico. Com isso, a heterotopia amazônica representa os atritos das conexões globais que produzem o imprevisível e o contraditório. As dimensões desses encontros são variadas, desde a presença de máquinas estrangeiras que reformulam a paisagem até o conflito entre povos indígenas e agentes estatais. Essa seção expressa os diversos níveis, escalas e abrangência da heterotopia amazônica no internacional moderno, construídos por práticas simbólicas e materiais.

Fricções conceituais: possibilidades e limites do conceito de heterotopia

Esse artigo foi um exercício teórico de compreensão da Amazônia no internacional moderno a partir do conceito de heterotopia de Foucault (2013; 2021). Como primeiro resultado dessa pesquisa, pode-se notar que o conceito de heterotopia se torna essencial para as pesquisas foucaultianas das Relações Internacionais. É preciso cuidado para que os princípios da heterotopologia não se tornem dogmáticos para compreensão da realidade, que pode ser evitado com a interlocução das compreensões de internacional moderno de Walker (2023) e fricção de Tsing (2005). De todo modo, a heterotopia auxilia no repensar as

Relações Internacionais desde a Amazônia, como proposto por Picq (2016), a partir de uma perspectiva que coaduna espaço e tempo aos processos de poder.

Nessa perspectiva é possível recomeçar as análises das conexões globais (Tsing, 2005) que, muitas vezes, passam despercebidas, como os conflitos e cooperação entre agentes na produção do espaço e da própria subjetividade. As fricções entre o internacional e o espaço local nos mostra que é preciso compreender as heterotopias não apenas como um processo de dominação unidirecional, mas também como constituição do internacional a partir desses espaços. Como afirma Foucault (2014), "Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos […] Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção" (Foucault, 2014, p. 135). Em outras palavras, para o conceito ser realmente válido para espaços marginalizados, é preciso compreender as práticas políticas locais que o formam.

Com isso, pode-se notar que o desenvolvimento econômico, a soberania e a integração nacional são postas em contato com outros conceitos e práticas políticas divergentes, o que propiciou uma fricção entre os agentes políticos, seja eles revestidos pelo poder estatal ou marginalizados por ele. A mutação do espaço amazônico atingiu, principalmente, os povos indígenas e os seres extra-humanos. É possível notar também que a construção heterotópica não se restringiu ao que é considerado como Amazônia Legal, mas as pessoas da região nordeste, consideradas desviantes da modernidade. Dito isso, foi possível resumir a heterotopia amazônica como a alocação de elementos justapostos em um espaço diluído e transformado ao longo do tempo, principalmente por um sistema de abertura e fechamento mutável.

As heterotopias não são fixas, elas estão em constante transformação. Dessa forma, é necessário compreender que a sociedade produtora de heterotopias não é feita apenas pelo grupo dominante, mas também por aqueles impactados, ou subalternos, por esse tipo de governamentalidade. A agenda de pesquisa futura precisa abranger esses outros projetos, como, por exemplo, as práticas políticas indígenas nesses espaços heterotópicos que constroem os seus próprios *contraespaços*. A análise heterotopológica das práticas políticas enfatizam a modificação dos sujeitos, o ambiente e as relações entre esses elementos em articulações de conflito, cooperação, tradução e acomodação das diferenças. No século XXI, esse tipo de pesquisa se torna central para tentar compreender o processo acelerado da destruição da humanidade e do espaço que fomos forjados. As conexões globais se tornam ainda mais globais com a ideia do Planeta como ator político (Maniglier, 2019), dando maior conectividade para espaços considerados vitais para a continuidade da humanidade, como a Amazônia. Chegamos em um momento que a região amazônica não é mais paraíso, nem inferno, é purgatório!

Referências

Abreu, M. de P.; Fritsch, W. Brazil's foreign borrowing from multilateral and governmental agencies: an overview of past experience and the present challenge. **Texto para discussão**, n. 105, 1985.

Albert, B.; Kopenawa, D. **A queda do céu:** palavras de umxamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Ashley, R. K. Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique. **Millennium**, v. 17, 1988.

Ashley, R. K., Walker, R. B. J. Introduction: Speaking the Language of Exile: Dissident Thought in International Studies. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 3, 1990.

Bernardi, B. B.; Roriz, J. Mantendo o céu no lugar: o caso Yanomami e as denúncias contra a ditadura militar brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 40, 2023.

Bezerra, J. C. O papel do meio ambiente na política externa brasileira. **Ideias**, v. 4, n. 1, 2013.

Bigo, D. Michel Foucault and International Relations: Cannibal Relations. In: Bonditti, P.; Bigo, D.; Gros, F. **Foucault and the modern international:** silences and legacies for the study fo world politics. Nova Iorque: Plagrave Macmillan, 2017.

Bonditti, P. Introduction: the international as an object for thought. In: Bonditti, P.; Bigo, D.; Gros, F. **Foucault and the modern international:** silences and legacies for the study fo world politics. Nova Iorque: Plagrave Macmillan, 2017.

Brasil. Decreto nº 67.527, de 11 de novembro de 1970: Regulamenta o Decreto-lei nº 756, de 11 de agosto de 1969 e dá outras providências. **Presidência da República**, 1970. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D67527.htm#art46. Acesso em: 19 set. 2024.

Brincat, S.. Reclaiming the Utopian Imaginary in IR Theory. **Review of International Studies**, v. 35, n. 3, p. 581-609, 2009.

Camargo, J. G. da C. **Urbanismo Rural**. Brasília: Gutemberg, 1973.

Campos, P. H. P. As empreiteiras e a rodovia Transamazônica: interesses econômicos e impactos sociais de um grande projeto da ditadura brasileira. **Cadernos do CEOM**, v. 34, n. 55, 2021.

Carneiro, P. B. **Suggestions for the Scientific Programme of UNESCO**: Creation of an International Institute of the Hylean Amazon". Paris: UNESCO, 1946.

Chamon, P. H. de O.; Lage, V. C. Periodization and modernity(ies) in international politics through R.B.J. Walker and Jens Bartelson. **Carta Internacional**, v. 10, 2015.

Colombo, C. **Diários da descoberta da América**: as quatro viagens e o testamento. Porto Alegre: L&PM, 2005.

Davis, S. H. **Vítimas do milagre**: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

Defert, D. “Heterotopia”: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. In: Foucault, M. **O corpo utópico; As heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2021, p. 33-55.

Der Derian, J. Critical encounters in international relations. **International Social Science Journal**, v. 59, n. 191, p. 69-73, 2009.

Der Derian, J.; Shapiro, M. J. **International/Intertextual Relations**: postmoderns readigns of world politics. Nova Iorque: Lexington, 1989.

Escobar, A. **La invención del Tercer Mundo:** Construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: El perro y la rana, 2007.

Fernández, M.; Esteves, P. Silencing colonialism: Foucault and the international. In: Bonditti, P.; Bigo, D.; Gros, F. **Foucault and the modern international:** silences and legacies for the study fo world politics. Nova Iorque: Plagrave Macmillan, 2017.

Folha de Boa Vista. Sarney desaconselha demarcação de terra indígena na faixa de fronteira. Folha de Boa Vista, 2005. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/sarney-desaconselha-demarcacao-de-terra-indigena-na-faixa-de-fronteira. Acesso em: 19 set. 2024.

Foucault, M. De espaços outros. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, 2013.

Foucault, M. **O corpo utópico; As heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

Foucault, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Foucault, M. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

Foucault, M; Deleuze, G. Os intelectuais e o poder. In: Foucault, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Gondim, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

Hardman, F. F. **Trem-fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Hetheringthon, K. **The Badlands of modernity:** heterotopia and social ordering. Londres: Routledge, 1997.

Holanda, S. B. de. **Visão do paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ISA. Yanomami. **ISA**, 2024. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami. Acesso em: 19 set. 2024.

Maniglier, P. How many Earths? The geological turn in Anthropology. **The Otherwise**, 2019. Disponível em: https://theotherwise.net/articles/maniglier_how_many_earths.html. Acesso em: 19 jan. 2024.

Médici, E. G. **Diplomacia para o desenvolvimento**: discurso proferido no Palácio do Itamaraty, em Brasília, no dia do diplomata, a 20/04/1970. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1970.

Onuf, N. The figure of Foucault and the field of International Relations. In: Bonditti, P.; Bigo, D.; Gros, F. **Foucault and the modern international:** silences and legacies for the study fo world politics. Nova Iorque: Plagrave Macmillan, 2017.

Palladino, M.; Miller, J. **The Globalization of Space:** Foucault and heterotopia. Nova York: Routledge, 2015.

Picq, M. Rethinking IR from the Amazon. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 2, 2016.

Quatro Cinco Um. **A ofensiva da ditadura militar contra a Amazônia**. 2024. Disponível em: https://quatrocincoum.com.br/galeria/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia/. Acesso em: 19 set. 2024.

Queiroz, J. F da S. Amazônia: inferno verde ou paraíso perdido? Cenário e território na literatura escrita por Alberto Rangel e Euclides da Cunha. **Nova Revista Amazônica**, v. 3, 2017.

Santana, J. C. B. de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. **História, Ciências, Saúde**, v. 6, p. 901–917, 2000.

Santos, R. C.; Ribeiro, O. de S. Como a ditadura usou bancos, estradas e decretos para 'ocupar' a Amazônia. **Amazônia Latitude**, 2023. Disponível em: https://www.amazonialatitude.com/2023/02/08/como-a-ditadura-usou-bancos-estradas-e-decretos-para-ocupar-a-amazonia/. Acesso em: 19 set. 2024.

Shapiro, M. J. Foucault and method. In: Bonditti, P.; Bigo, D.; Gros, F. **Foucault and the modern international:** silences and legacies for the study fo world politics. Nova Iorque: Plagrave Macmillan, 2017.

Smith, S. **International Theory today**. Center County: Pennsylvania State University Press, 1995.

Souza, M. **História da Amazônia:** do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Tickner, A. B. Decolonizing the "International". In: Rosenberg, J.; Wæver, O.; Morozov, V; Esptein, C.; Walker, R. B. J.; Tickner, A. B.; Kurki, M. Multiplicity and "the international" as critique - A Forum. **Millenium**, 2023.

Tsing, A. L. **Friction**: An etnography of global connection. Princeton: Princeton University Press, 2004.

Vargas, G. D. **Discurso do Rio Amazonas**, 10 de outubro de 1940. Belém: Oficina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1943.

Vespucci, A. **Novo mundo:** as cartas que batizaram a América. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

Walker, R. B. J. Origins, histories, and the modern international. In: Bukovanksy, M.; Keene, E.; Reus-Smit, C.; Spanu, M. **The Oxford Handbook of History and International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 2023.